

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	13
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	14
2.5 Medições não contábeis	15
2.6 Eventos subsequentes as DFs	16
2.7 Destinação de resultados	17
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	20
2.10 Planos de negócios	21
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	23
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	24
5.2 Descrição dos controles internos	27
5.3 Programa de integridade	29
5.4 Alterações significativas	31
5.5 Outras informações relevantes	32

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Comentários:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A performance da Companhia em 2021 foi impactada pela pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos nos mercados de ônibus no Brasil e exterior, a partir do número crescente de casos graves. Todos os segmentos sofreram com as novas ondas e o aumento da letalidade da pandemia. Durante o ano, boa parte das operações permaneceram em regime de lay-off parcial, novos ajustes de quadro foram realizados a fim de adequar a mão de obra à realidade de mercado e a concessão de férias coletivas no Brasil foi utilizada em dois momentos, início de janeiro e entre os meses de agosto e setembro de 2021.

Em 2021, a venda de ônibus e carrocerias da Marcopolo direcionada ao mercado interno sofreu queda de 18,2%, frente ao desempenho já negativo de 2020. O programa federal Caminho da Escola e a recuperação de volumes no segmento de rodoviários dedicados à atividade de fretamento ajudaram a segurar as vendas. Os escolares responderam por 21,3% dos volumes, enquanto o fretamento representou 19,7% das unidades vendidas no mercado interno em 2021.

Nas exportações, a demanda também foi profundamente afetada pela pandemia nos principais mercados da Companhia, com queda de 19,1% no volume vendido. As entregas ao continente africano foram o maior destaque. Mercados importantes na América do Sul não esboçaram reação relevante, aprofundando a queda já apurada em 2020. Nas unidades externas, Superpolo (Colômbia), Marcopolo África do Sul (MASA) e Marcopolo Argentina (Metalsur) foram os destaques positivos.

Os rodoviários apuraram aumento de 6,9% em volumes produzidos na comparação com 2020, com o setor de fretamento sustentando vendas no segmento. O lançamento dos ônibus rodoviários da Geração 8 ("G8") aliado à vacinação e reabertura do turismo, ajudaram a alavancar vendas no 2S21. A falta de componentes, em especial semicondutores, afetou a produção no segmento que possui maior tecnologia embarcada. A produção de urbanos foi 16,8% inferior a 2020, reflexo do efeito da pandemia no transporte público, da queda nas exportações do modelo e do menor volume de urbanos entregues ao programa Caminho da Escola na comparação anual. O segmento de micros manteve boa performance, com destaque para a divisão de negócio Volare, que apresentou crescimento de 40,8% na comparação anual. Compras públicas, incluindo volumes entregues para o Caminho da Escola, bem como a flexibilidade do modelo para uso em diferentes atividades, beneficiaram o segmento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O ano de 2022 marca a retomada do mercado de ônibus, com a recuperação de volumes a partir da reabertura no pós-pandemia. Todos os segmentos apresentaram crescimento na comparação com 2021 no Brasil, enquanto nas operações internacionais os volumes variaram a partir da estratégia adotada pela Companhia para cada um dos mercados. Os resultados da Companhia acompanharam a recuperação, alcançando níveis de rentabilidade saudáveis em 2022, após 2 anos de retração.

O aumento dos volumes ocorreu gradualmente ao longo do ano, que começou o primeiro trimestre ainda sob a influência da variante Ômicron. Ao longo do 1S22, a Companhia sofreu com a falta de componentes, especialmente chassis, prejudicando o ramp-up de produção. Para atender ao aumento da demanda, a Companhia voltou a contratar mão de obra, não tendo necessidade de realizar paralisações ou férias coletivas durante o ano. A produção alcançou o estágio esperado a partir do 3T22, sustentando ritmo adequado até o final de 2022.

Em 2022, a venda de ônibus e carrocerias da Marcopolo direcionada ao mercado interno cresceu 39,0% em relação a 2021. Todos os segmentos no mercado interno responderam com aumento da demanda após o fim da pandemia, com destaque para os ônibus rodoviários pesados, utilizados para turismo e linhas rodoviárias de longa distância, que ganharam tração a partir da metade de 2022. A representatividade dos rodoviários pesados aumentou em detrimento dos rodoviários leves, com a proporção entre pesados e leves voltando ao período anterior à pandemia.

O programa federal Caminho da Escola também contribuiu com volumes relevantes, auxiliando a recuperação de urbanos, micros e Volares.

Nas exportações, a demanda também se recuperou, com aumento de 7,7% no volume vendido. O menor crescimento se deve a uma reabertura tardia em comparação com o Brasil. O cenário político conflagrado em mercados importantes da América do Sul afetou vendas, levando a volumes inferiores ao potencial desses países. Um volume menor de grandes pacotes de vendas direcionados ao continente africano também limitou a performance das exportações na comparação com 2021.

Os rodoviários apuraram aumento de 6,3% em volumes produzidos na comparação com 2021. A queda do mercado de fretamento foi parcialmente compensada com o aumento da demanda por ônibus rodoviários pesados, especialmente da Geração 8 ("G8"), que se consolidou como sucesso de vendas. A produção de urbanos foi 39,9% superior a 2021, com a recuperação do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

transporte público, anúncios relevantes de investimentos por parte de prefeituras no Brasil e nos mercados externos, e crescimento de volumes no Caminho da Escola. O segmento de micros e Volares manteve boa performance, apresentando crescimento de 25,7% na comparação anual, com destaque para a divisão de negócio Volare. A retomada dos clientes privados e um maior volume entregue para o Caminho da Escola, beneficiaram o segmento.

O mercado brasileiro de ônibus foi marcado pela inconstância em 2023, a partir da transição da motorização do padrão Euro 5 para Euro 6 e a ausência de volumes relevantes associados ao programa Caminho da Escola, com quedas substanciais nos volumes dos segmentos de micros e Volares. Nas operações internacionais os volumes variaram a partir da estratégia adotada pela Companhia para cada um dos mercados, enquanto nas exportações a falta de pacotes relevantes na América do Sul e África levaram a uma queda de vendas.

Mesmo com retração de entregas, a Companhia alcançou resultados saudáveis alicerçados na recuperação do mix de vendas, com veículos de maior valor agregado ganhando representatividade, e melhora gradativa do desempenho de suas operações internacionais.

O início de 2023 concentrou entregas geradas pela demanda antecipada no contexto da transição de motorização. O custo mais alto do chassi padrão Euro 6 na comparação com o modelo Euro 5, elevou vendas no final de 2022, com reflexo no encarroçamento dos ônibus ao longo dos três primeiros meses de 2023. A partir de abril, a Companhia observou a compensação negativa de volumes em todos os segmentos, com queda adicional em função da postergação da licitação do programa Caminho da Escola. O mercado de ônibus voltou a ganhar tração ao final do 3T23, com o segmento de rodoviários mostrando evolução a partir da maior demanda de passageiros, mantendo um ritmo mais intenso até o final do ano.

Apesar da queda de volumes, a Companhia preservou seus níveis de mão-de-obra na expectativa da realização da fase 12 da licitação do Caminho da Escola. A postergação da licitação acabou gerando ineficiências, especialmente durante o 2T23 e 3T23. Não foi necessária, porém, a realização de férias coletivas ou lay-offs em 2023, com a Companhia aproveitando os períodos de menor demanda para a realização de treinamentos operacionais.

O mercado de rodoviários foi o destaque do ano, com crescimento de volumes e consolidação da família de modelos G8. O setor de fretamento surpreendeu positivamente, mantendo volumes representativos mesmo após a forte demanda de 2020 e 2021. A produção de urbanos também se destacou em produtos de maior valor agregado, com crescimento dos modelos articulados. A aplicação de novas tecnologias e componentes opcionais, como ar-condicionado, conexões USB e Wi-fi, elevaram a exigência do segmento como um todo. O segmento de micros e Volares foi

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

particularmente afetado pela postergação da licitação do Caminho da Escola, apresentando forte recuo na comparação anual. A divisão de negócio Volare manteve-se na liderança dentro das marcas de micros no Brasil.

b) Estrutura de capital:

Ao final do exercício de 2021, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 887,6 milhões no curto prazo e R\$ 1.434,3 milhões no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta consolidada era composta por 48,1% em reais e 51,9% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. A Companhia estava financiada por 55,6% por capital próprio e 44,4% por capital de terceiros.

Ao final do exercício de 2022, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 750,7 milhões no curto prazo e R\$ 1.618,3 milhões no longo prazo. Em 31 de dezembro, a dívida bruta consolidada era composta por 46,6% em reais e 53,4% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. A Companhia estava financiada por 57,2% por capital próprio e 42,8% por capital de terceiros.

Ao final do exercício de 2023, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 721,2 milhões no curto prazo e R\$ 1.699,1 milhões no longo prazo. Em 31 de dezembro, a dívida bruta consolidada era composta por 50,1% em reais e 49,9% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. A Companhia estava financiada por 59,4% por capital próprio e 40,6% por capital de terceiros.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,4x o EBITDA dos últimos 12 meses. A Companhia entende que o atual nível de endividamento líquido/EBITDA, apresenta capacidade de gerar caixa suficiente para o pagamento dos compromissos assumidos junto às instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,7x o EBITDA dos últimos 12 meses. A Companhia entende que o atual nível de endividamento líquido/EBITDA, apresenta capacidade de gerar caixa suficiente para o pagamento dos compromissos assumidos junto às instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 0,1x o EBITDA dos últimos 12 meses. A Companhia entende que o atual nível de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

endividamento líquido/EBITDA, apresenta capacidade de gerar caixa suficiente para o pagamento dos compromissos assumidos junto às instituições financeiras.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos 3 anos, a Companhia realizou operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e nota de crédito à exportação (NCE). Adicionalmente, a Companhia vem utilizando, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não circulantes, tais como o FINEP e o FINAME.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs e pré-pagamento.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado	
			2023	2022
Moeda nacional				
FINAME	-	-	-	1.037
Empréstimos bancários	6,20	2027	4.818	6.081
Depósitos interfinanceiros	12,10	2024 a 2026	5.471	4.808
FINEP	5,76	2024 a 2034	286.700	321.181
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00	2025	30.696	52.284
Fundepar – ES	-	2036	30.000	30.000
Notas de créditos exportação - Compulsório	11,18	2027	149.162	185.315
Partes relacionadas	CDI	-	-	-
Moeda estrangeira				
Adiantamentos de contratos de câmbio	-	-	-	31.294
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	3,14	2026	40.231	67.576
Notas de créditos exportação – USD	4,28	2024 a 2028	964.575	926.847
Financiamento em randes	12,02	2024 a 2028	1.733	776
Financiamento em renminbi	6,42	2024	19.008	24.732
Financiamento em dólares australianos	6,09	2024	176.752	183.574
Financiamento em pesos mexicanos	5,07	2024	2.092	-
Financiamento em pesos argentinos	51,46	2026	1.647	30.001
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.712.885	1.865.506

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado	
			2023	2022
Captações no mercado aberto				
Moeda nacional				
BNDES – Operações Pré-fixadas	15,70	2026 a 2029	627.400	450.837
BNDES – Operações Pós-fixadas	IPCA + 1,30	2027	7.486	21.317
BNDES – Operações Pós-fixadas	-	-	-	1.236
BNDES – Operações Pós-fixadas	SELIC + 1,38	2029	71.813	29.131
Subtotal de captações no mercado aberto			706.699	502.521
Subtotal de empréstimos e financiamentos			2.419.584	2.368.027
Instrumentos financeiros derivativos			657	975
Total de empréstimos e financiamentos			2.420.241	2.369.002
Passivo circulante			721.163	750.687
Passivo não circulante			1.699.078	1.618.315

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado	
			2022	2021
Moeda nacional				
FINAME	4,02	2023 a 2025	1.037	2.674
Empréstimos bancários	8,60	2027	6.081	7.368
Depósitos interfinanceiros	14,09	2024	4.808	19.494
FINEP	6,24	2024 a 2034	321.181	333.408
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00	2025	52.284	73.795
Fundepar – ES	-	2026	30.000	30.000
Notas de créditos exportação - Compulsório	15,93	2026	185.315	185.197
Partes relacionadas	CDI	-	-	-
Moeda estrangeira				
Adiantamentos de contratos de câmbio	5,78	2023	31.294	23.204
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	3,48	2023 a 2026	67.576	175.684
Notas de créditos exportação – USD	4,36	2023 a 2026	926.847	781.817
Financiamento em randes	11,28	2023 a 2027	776	5.332
Financiamento em renminbi	6,29	2023	24.732	18.107
Financiamento em dólares australianos	5,85	2023	183.574	161.324
Financiamento em pesos argentinos	27,71	2023 a 2026	30.001	39.303
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.865.506	1.856.707
Captações no mercado aberto				
Moeda nacional				
BNDES – Operações Pré-fixadas	10,64	2026 a 2028	450.837	373.882
BNDES – Operações Pós-fixadas	IPCA + 1,41	2027	21.317	41.816
BNDES – Operações Pós-fixadas	TJLP + 1,94	2024	1.236	22.685
BNDES – Operações Pós-fixadas	SELIC + 1,49	2028	29.131	25.869
Subtotal de captações no mercado aberto			502.521	464.252
Subtotal de empréstimos e financiamentos			2.368.027	2.320.959

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Consolidado	
			2022	2021
Instrumentos financeiros derivativos			975	921
Total de empréstimos e financiamentos			<u>2.369.002</u>	<u>2.321.880</u>
Passivo circulante			<u>750.687</u>	<u>887.578</u>
Passivo não circulante			<u>1.618.315</u>	<u>1.434.302</u>

Ao final de 2023, as parcelas de longo prazo tinham o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	2023	2022
De 13 a 24 meses	724.548	396.147
De 25 a 36 meses	542.681	579.596
De 37 a 48 meses	213.193	461.066
De 49 a 60 meses	101.344	74.173
Após 60 meses	<u>117.312</u>	<u>107.333</u>
	<u>1.699.078</u>	<u>1.618.315</u>

	Consolidado	
	2022	2021
De 13 a 24 meses	396.147	443.754
De 25 a 36 meses	579.596	285.711
De 37 a 48 meses	461.066	506.891
De 49 a 60 meses	74.173	93.650
Após 60 meses	<u>107.333</u>	<u>104.296</u>
	<u>1.618.315</u>	<u>1.434.302</u>

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Grau de Subordinação entre as Dívidas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
1º Dívidas trabalhistas	254.066	203.956	122.656
2º Dívidas tributárias	135.036	140.557	128.191
3º Empréstimos e financiamentos	2.420.241	2.369.002	2.321.880
4º Demais dívidas	<u>1.562.251</u>	<u>1.477.062</u>	<u>1.125.566</u>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Total da dívida circulante e não circulante	4.371.594	4.190.577	3.698.293
---	------------------	------------------	------------------

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 10.351 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 11.140 em 31 de dezembro de 2022).

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 20.225 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 21.893 em 31 de dezembro de 2020).

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de financiamento contratados em aberto.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 3.499,4 milhões em 2021, 2,5% inferior aos R\$ 3.589,7 milhões do exercício de 2020. A menor receita reflete o impacto da pandemia de Covid-19 no mercado interno e nas exportações a partir do Brasil.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 5.415,6 milhões em 2022, 54,8% superior aos R\$ 3.499,4 milhões do exercício de 2021. A maior receita o incremento de volumes no pós-pandemia, com recuperação do mercado interno, exportações e operações internacionais.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 6.683,2 milhões em 2023, 23,4% superior aos R\$ 5.415,6 milhões do exercício de 2022. A maior receita, mesmo com a retração de volumes entregues, reflete o melhor mix de vendas nos segmentos rodoviário e urbano, com ganho de representatividade de produtos de maior valor agregado.

Em 2021, o lucro bruto totalizou R\$ 356,2 milhões, representando 10,2% da receita líquida (16,6% em 2020). A piora da margem bruta é decorrente da queda das vendas pela deterioração do mercado interno e exportações por conta da segunda onda da pandemia, pela deterioração do mix de vendas, menos exposto ao mercado externo, pela menor utilização da capacidade instalada e maior ociosidade, pelos ajustes de quadro realizados ao longo dos 9M21, pelo ambiente competitivo mais difícil e pela inflação superior à prevista, afetando os custos de insumos e mão de obra.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2022, o lucro bruto totalizou R\$ 829,5 milhões, representando 15,3% da receita líquida (R\$ 356,2 milhões ou 10,2% da receita líquida em 2021). O incremento na margem bruta reflete o melhor ambiente de mercado no pós-pandemia, evolução do mix de vendas com acréscimo de volumes de produtos com maior valor agregado, recomposição de margens através do repasse de custos e maior alavancagem operacional, após as reestruturações e reduções de despesas promovidas entre 2020 e 2021.

Em 2023, o lucro bruto totalizou R\$ 1.538,6 milhões, representando 23,0% da receita líquida (R\$ 829,5 milhões ou 15,3% da receita líquida em 2022). O incremento na margem bruta reflete a evolução do mix de vendas com acréscimo de volumes de produtos com maior valor agregado, recomposição de margens através do repasse de custos e maior alavancagem operacional. As operações internacionais também apresentaram evolução do resultado bruto e da margem bruta, contribuindo para o resultado consolidado.

O lucro líquido de 2021 atingiu R\$ 358,4 milhões, com margem líquida de 10,2%. Os resultados da Companhia foram impactos pela pandemia, com reflexos em volumes e repercussão em seus principais mercados. O resultado foi beneficiado pelas Outras Receitas Operacionais e pelo resultado financeiro, em função de ganhos associados a êxitos em ações judiciais tributárias e a venda de imóvel de empresa controlada.

O lucro líquido de 2022 atingiu R\$ 436,8 milhões, com margem líquida de 8,1%. O resultado representa recorde histórico em valores absolutos, marcando a saída da Companhia da crise de demanda gerada pela pandemia de Covid-19.

O lucro líquido de 2023 atingiu R\$ 810,8 milhões, com margem líquida de 12,1%, contra R\$ 436,8 milhões e margem líquida de 8,1% em 2022. O incremento dos resultados frente a 2022 é reflexo dos fatores detalhados acima. O resultado representa recorde histórico, alcançado em um ano de retração de volumes e influência ainda negativa das operações internacionais ao consolidado, demonstrando a resiliência e fortalecimento da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Comentários:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As tabelas abaixo mostram mais detalhadamente a origem da receita consolidada por linha de produtos (em %):

2023	2022	2021
Rodoviários – 49,0%	Rodoviários – 26,7%	Rodoviários – 24,2%
Urbanos – 29,1%	Urbanos – 33,6%	Urbanos – 38,1%
Micros – 3,2%	Micros – 5,2%	Micros – 4,4%
Volare – 12,3%	Volare – 24,0%	Volare – 26,3%
Chassi – 0,7%	Chassi – 5,9%	Chassi – 0,6%
Bco. Moneo Peças, Outros – 5,7%	Bco. Moneo Peças, Outros – 4,7%	Bco. Moneo Peças, Outros – 3,8%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2021, os resultados foram afetados da queda das vendas pela deterioração do mercado interno e exportações por conta da segunda onda da pandemia, pela deterioração do mix de vendas, menos exposto ao mercado externo, pela menor utilização da capacidade instalada, pelos ajustes de quadro realizados ao longo dos 9M21, pelo ambiente competitivo mais difícil e pela inflação superior à prevista, afetando os custos de insumos e mão de obra.

Em 2022, os resultados foram afetados positivamente pelo melhor ambiente de mercado no pós-pandemia, pelos efeitos do resultado financeiro, pela evolução do mix de vendas com acréscimo de volumes de produtos com maior valor agregado, pela recomposição de margens através do repasse de custos e maior alavancagem operacional, após as reestruturações e reduções de despesas promovidas entre 2020 e 2021. Negativamente, os resultados foram impactado pela postergação de entregas causada pelos afastamentos associados à variante Ômicron no 1T22 e pela falta de componentes, especialmente chassis, ao longo do 1S22, por provisões trabalhistas, pelos resultados da coligada canadense NFI Group Inc., pelos resultados da

2.2 Resultados operacional e financeiro

controlada argentina Metalsur, bem como pela entrega dos volumes remanescentes do programa Caminho da Escola relativamente à licitação de 2021, com margens deterioradas em função da inflação no período.

Em 2023, os resultados foram afetados pela evolução do mix de vendas com acréscimo de volumes de produtos com maior valor agregado, recomposição de margens através do repasse de custos e maior alavancagem operacional. As operações internacionais também apresentaram evolução do resultado bruto e da margem bruta, contribuindo para o resultado consolidado.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o Real, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera.

Os resultados apresentados nos últimos 3 anos foram influenciados por vários fatores como: PIB brasileiro, condições de financiamento, inclusive atreladas a taxa básica de juros, câmbio mais competitivo para as empresas exportadoras, alterações de regulamentação relativas à licitação de linhas, alterações de regulamentação relacionadas a acessibilidade e renovação da frota, o programa federal “Caminho da Escola”, e pela pandemia de Covid-19.

Os resultados também foram beneficiados pelo lançamento da Geração 8, nova família de produtos rodoviários que foi bem recebida pelo mercado.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O aço e o alumínio são os principais insumos metálicos no custo de produção da Marcopolo. No Brasil, os preços destes insumos aumentaram substancialmente entre 2020, 2021 e início de 2022, mostrando arrefecimento a partir da metade de 2022 e 2023.

O resultado financeiro líquido de 2021 foi positivo em R\$ 154,9 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 123,8 milhões em 2020. O resultado financeiro foi beneficiado pelo reconhecimento da atualização monetária incidente sobre os valores em discussão nos processos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, contribuindo positivamente com R\$ 166,2 milhões, bem como por reflexo positivo de R\$ 22,0 milhões relativamente a não incidência

2.2 Resultados operacional e financeiro

de IRPJ e a CSLL sobre a atualização monetária de débitos tributários e em R\$ 19,9 milhões pelo reconhecimento de êxito em ação judicial que discutia a não incidência do IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária atrelada a aplicações financeiras.

O resultado financeiro líquido de 2022 foi positivo em R\$ 147,5 milhões, contra um resultado também positivo de R\$ 154,9 milhões em 2021. Em 2022, o resultado financeiro foi beneficiado de forma não recorrente em R\$ 81,2 milhões relativamente ao efeito financeiro de aportes realizados na forma de mútuos em favor da controlada argentina Metalsur. O montante de USD 14,0 milhões foi utilizado para fazer frente a obrigações em dólares registradas pelo câmbio oficial, associadas especialmente à manutenção do negócio, como fornecedores e empregados. As diferenças entre o câmbio de internação dos recursos e o de pagamento das obrigações geraram ganhos financeiros traduzidos pelo valor acima mencionado.

O resultado financeiro líquido de 2023 foi positivo em R\$ 65,0 milhões, contra um resultado também positivo de R\$ 147,5 milhões em 2022. No 4T23, o resultado financeiro sofreu impacto negativo não recorrente, no montante de R\$ 49,0 milhões oriundos da hiperinflação e desvalorização cambial do Peso Argentino em relação ao Dólar Americano nas dívidas intercompany contratadas em dólares das operações argentinas. Em função de limitações impostas pela Argentina tanto para remessa de capital entre empresas do mesmo grupo, quanto para pagamento de fornecedores localizados fora da Argentina, a controlada mantém obrigações denominadas em dólar com a Companhia. Em 2023, o resultado financeiro foi beneficiado pela variação cambial gerada pela valorização do Real frente ao Dólar norte americano sobre a carteira de pedidos em dólares. A Companhia realiza o hedge do câmbio das exportações no momento da confirmação dos pedidos de venda, assegurando a margem dos negócios. À medida que os produtos são entregues e faturados, a Companhia captura os efeitos da valorização ou desvalorização do Real em suas margens operacionais ou no resultado financeiro, como aconteceu no resultado agregado de 2023.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Práticas contábeis

a) Mudanças nas práticas contábeis

Não houve mudanças de práticas contábeis que podem resultar em efeito significativo nas demonstrações financeiras.

b) Opiniões modificadas e ênfases

Não houve opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes, o qual foi emitido sem ressalva.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia vem promovendo testes do seu ônibus integral elétrico em diversas cidades no Brasil e no exterior. A partir do fortalecimento e representatividade da propulsão elétrica no Brasil, o setor pode se tornar relevante no futuro.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em outubro de 2021, a Companhia comunicou o mercado sobre a realização de investimento na empresa CTA Smart, mediante aporte de capital por participação minoritária no montante de R\$ 1,5 milhão. O investimento busca explorar as sinergias existentes entre a Marcopolo e a CTA Smart, agregando valor ao cliente na gestão de suas frotas.

Em dezembro de 2022, a Companhia alienou participação minoritária na empresa egípcia GB Polo por EGP 196.078,00 (R\$ 32,9 mil).

No 1T23, a Companhia efetuou a dissolução da controlada Marcopolo Canadá, passando de forma direta a participação na coligada canadense NFI Group Inc. No 2T23, a Companhia investiu R\$ 93,8 milhões para subscrição de ações no processo de aumento de capital da coligada canadense NFI Group Inc., detendo participação de 8,1% do capital social da empresa. No 3T23, a controlada Ciferal foi integralmente incorporada pela Companhia e sua operação foi totalmente transferida para a Marcopolo, com extinção por incorporação da controlada.

c) Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis.

A Companhia utiliza como medida não contábil o EBITDA; com o objetivo de apresentar um desempenho econômico operacional, calculada conforme Ofício Circular CVM nº 01/2006. A medida consiste no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social acrescido do resultado financeiro líquido e depreciação e amortização.

O EBITDA não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos e alternativa para o lucro líquido como indicador de desempenho operacional.

EBITDA

R\$ mil	2023	2022	2021
Resultado operacional	865.550	413.284	382.897
Receitas financeiras	(722.189)	(657.712)	(499.805)
Despesas financeiras	657.213	510.207	344.933
Depreciações/amortizações	146.369	119.808	105.470
EBITDA	946.943	385.587	333.495

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023.

- (a) Em 22 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital por incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), mediante a bonificação em ações na ordem de 20%, ou seja, 2 novas ações a cada 10 possuídas. As ações passam a ser negociadas ex-bonificação a partir do dia 8 de março de 2024.
- (b) Em 22 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou pagamento de juros sobre o capital próprio, a razão de R\$ 0,23 por ação representativa do capital social da companhia, juros esses a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório declarado antecipadamente por conta do corrente exercício e de exercício anteriores.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação de resultados:

a.) Regras sobre retenção de lucros:

Artigo 34 (Estatuto Social)

Do lucro, após as deduções legalmente previstas, inclusive a formação da provisão para participação a empregados quando concedida, e da provisão de até 10% (dez por cento) para participação aos administradores referidos no Artigo 23 deste Estatuto, será a seguinte a destinação do lucro líquido apurado:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76;*
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do remanescente, para o pagamento de dividendo à todas as ações da Companhia, a título de dividendo obrigatório;*
- c) o saldo remanescente do lucro líquido, por proposta da Administração, após a formação de reservas permitidas em lei que eventualmente venham a ser constituídas, será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas estatutárias: Reserva para futuro aumento de capital, para ser utilizada para futuro aumento de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social; Reserva para pagamento de dividendos intermediários, para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no Parágrafo 1º do Artigo 33 deste Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social; e Reserva para compra das próprias ações, a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.*

Parágrafo 1º.:

Quando o saldo de qualquer uma das reservas, legal e/ou estatutárias, exceder, individualmente, o limite estatutário, mas no seu conjunto não exceder o limite de 100% do capital social, o valor excedente será distribuído para as demais reservas estatutárias que não tenham atingido o limite máximo estatutário, na mesma proporção estabelecida na letra “c” do caput deste Artigo 34.

Parágrafo 2º.:

Quando o saldo total das reservas de lucros (reserva legal e reservas estatutárias), exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, no seu conjunto, excederem ao limite de 100% do capital social, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento de capital ou, ainda, na distribuição de dividendos.

Parágrafo 3º.:

A administração poderá, ainda, propor à Assembleia Geral a retenção de parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

b.) Regras sobre distribuição de dividendos:

Artigo 34 (Estatuto Social) – Acima transcrito. Em especial, letra “b” do caput do Artigo.

c.) Periodicidade da distribuição de dividendos:

2.7 Destinação de resultados

Itens III e IV da Política de Remuneração dos Acionistas, arquivada no site da companhia, da B3 e CVM, em 27.02.2023

III - O pagamento de proventos será feito anualmente, observado o disposto no § 4º do Artigo 202 da Lei das S.A. Sempre que o cenário de mercado e as condições econômico-financeiras assim o permitirem, a Companhia buscará deliberar sobre a distribuição trimestral de proventos intercalares, em antecipação ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, cabendo ao Conselho de Administração tal deliberação.

IV - A Companhia distribuirá anualmente, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma de proventos a título de pagamento do dividendo obrigatório, conforme art. 34 de seu Estatuto Social. A Companhia buscará, sempre que o cenário de mercado e as condições econômico-financeiras assim o permitirem, manter a prática de distribuir entre 40% e 50% do lucro líquido ajustado.

d.) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais: NÃO SE APLICA

e.) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais da rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A destinação de resultados da Companhia está prevista no próprio Estatuto Social (Arts. 33 e 34), estando o Estatuto disponível no site da Companhia, da B3 e da CVM. Além disso, existe uma Política de Remuneração dos Acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2023, e que se encontra também disponível no site da Companhia (ri.marcopolo.com.br), B3 e CVM.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b) Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10 Planos de negócios

2.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para 2024, os principais investimentos previstos serão destinados à aquisição de máquinas e equipamentos, para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e para a ampliação de linhas industriais, buscando a adaptação à produção e montagem também de ônibus elétricos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos para 2024 serão financiados basicamente através da geração própria de caixa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em 2021, a Companhia apresentou a família de novos modelos de ônibus rodoviários da G8. A Companhia também realizou o lançamento de seu ônibus integral elétrico, o Attivi.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia trabalha em novos projetos de produtos para 2024, junto ao FINEP.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

2.10 Planos de negócios

Em junho de 2021, a Marcopolo realizou o lançamento da nova geração da família de ônibus rodoviários, o G8. A Companhia realizou o lançamento de seu ônibus integral elétrico, o Attivi, em 2022.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.8.c.ii.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia acredita em oportunidades de negócio associadas ao lançamento de seu ônibus elétrico integral Attivi.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Nada a comentar.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1. e 4.3, informar:

- a. **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia possui norma interna de Gestão Integrada do Negócio que contempla o gerenciamento de riscos, indicando os papéis e responsabilidades de cada nível. A Norma foi criada em 2017 e é revisada periodicamente pela área de Gestão de Riscos da Companhia.

- b. **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A norma é o instrumento que indica o método que a Companhia usa para mapear, classificar e monitorar os riscos. Explica como os riscos são capturados, avaliados, documentados e monitorados para que ações sejam definidas e tomadas pelos responsáveis, e em que periodicidade são reavaliados. O gerenciamento visa também tornar a gestão de riscos um componente importante na gestão das atividades e dos processos, de forma a disseminar os seus conceitos a todos os níveis da Companhia, por meio de uma linguagem comum e acessível, integrando a visão de riscos a estratégia do negócio e à tomada de decisões.

O propósito é assegurar que os riscos inerentes aos negócios sejam monitorados e mitigados de forma apropriada para que a Companhia alcance seus objetivos definidos no planejamento estratégico.

i: Os riscos para os quais se busca proteção

A companhia identifica, classifica e monitora os riscos que possam impactar a continuidade do negócio e o alcance dos objetivos traçados pela Companhia no planejamento estratégico. A gestão de riscos categoriza o universo de riscos em vetores de: Conformidade; Continuidade & Perenidade; Imagem & Reputação; Financeiro; Qualidade do Produto; Saúde & Segurança; Operacional. Para tais riscos são criadas medidas mitigadoras e planos de ação que são geridos e acompanhados pela gestão de riscos.

ii: Os instrumentos utilizados para proteção

No modelo de gerenciamento de riscos implementado, os gestores e pontos focais das áreas gerenciam os riscos de sua responsabilidade. Eles também são os responsáveis por implementar

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

as ações necessárias para aprimorar processos e controles que expõem a Companhia ao risco. A área de Gestão de Riscos orienta e apoia os colaboradores no monitoramento dos riscos e ações com o propósito de assegurar que as diretrizes sejam seguidas e o instrumento seja utilizado da forma apropriada para a proteção ao negócio, como também para uma vantagem competitiva. O processo de gestão de risco está estabelecido da seguinte forma:

- Identificar riscos corporativos por meio de análise SWOT, avaliação dos objetivos e mapa estratégico, e levantamento de cenários. Obter percepções dos executivos em relação aos principais aspectos de riscos e ameaças envolvidos nas operações, áreas/processos de negócio e características da Empresa, via entrevistas realizadas com a alta administração, questionários, análise técnica dos responsáveis pelo processo de gestão de riscos.
- Identificar e avaliar fatores e riscos relacionados ao processo que podem comprometer a continuidade do negócio ou o resultado da organização de acordo com o planejamento estratégico.
- Avaliar e priorizar os riscos devido a sua probabilidade e impacto conforme critérios definidos na matriz de avaliação.
- Verificar como as áreas da Empresa para efetuar a resposta ao risco por meio de ações, controles e indicadores existentes e identificar ações complementares que podem ser implementadas para reduzir a exposição ao risco.
- Monitorar os riscos e as medidas mitigatórias definidas. Verificar as ações, controles e KRI implementados e eficácia dos mesmos.

iii: A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é responsabilidade de todos e é realizado por meio de diferentes estruturas e equipe multidisciplinar, com o apoio e monitoramento da equipe de Gestão de Riscos, possibilitando que a Companhia tenha maior alcance e monitore os riscos que podem impactar a continuidade do negócio e o planejamento estratégico.

A área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna tem por responsabilidade apoiar as áreas de negócios no gerenciamento periódico dos riscos, identificando, avaliando e monitorando os riscos e ações definidas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A área de Compliance também apoia na gestão de riscos com seus instrumentos de mapa de Riscos de Compliance, Política Global de Integridade, Código de Conduta e Canal de Denúncia.

O Comitê de Auditoria e Riscos é composto de 5 integrantes que possuem experiência na área contábil, financeira, jurídica, auditoria e controles internos. Uma de suas atribuições, entre outras, é de avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como acompanhar a evolução da implementação da gestão de riscos na Companhia e das ações voltadas à atualização desse processo.

A Companhia também tem estabelecido outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração - Comitê de Estratégia e Inovação, Comitê de RH e Ética e Comitê de Compliance - onde dentro de suas atribuições, está definido que devem desenvolver e manter conhecimentos sobre os negócios da Companhia, suas operações e riscos de negócio.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Os riscos de natureza operacional são regularmente avaliados pela área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna, com os principais temas apreciados pelo Comitê de Auditoria e Riscos. Como resultado, ações de implementação e aprimoramento do processo e controles internos são implementados pelas áreas.

A área de Auditoria Interna tem por objetivo promover o cumprimento e a melhoria contínua dos controles internos através de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos e com base nos riscos inerentes a eles.

A Companhia também possui estruturado o modelo “MarcopoloWay”, com o objetivo de manter estruturado e replicar os principais processos, controles e práticas da organização entre todas as controladas e unidades de negócio.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a: As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A companhia possui uma estrutura organizacional com processos, normas internas, procedimentos e políticas, que buscam proporcionar eficiência operacional e garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e demonstrações contábeis. As normas e padrões contábeis definidos pelos órgãos reguladores são seguidos pela companhia em sua totalidade. Como suporte aos processos, utiliza-se do sistema integrado de gestão SAP, mundialmente renomado, para registros das transações, parametrizações e controles, análises, e conciliações necessárias. Ainda, a companhia utiliza robôs (RPAs - *Robotic Process Automation*) para execução de atividades e rotinas de forma automática, assim como ferramenta de BI para análise de dados.

Além disso, a companhia possui a área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna como linha de defesa que realiza procedimentos de auditoria, conforme plano anual aprovado pelo Comitê de Auditoria e Riscos, para avaliar os controles internos dos processos críticos, identificar deficiências e apoiar as áreas na melhoria dos processos com a implementação de ações.

Por fim, anteriormente a divulgação, as demonstrações financeiras passam por uma revisão interna e são examinadas por auditores independentes, os quais emitem um relatório de opinião sobre a adequação das mesmas.

b: As estruturas organizacionais envolvidas.

Cada Diretoria e sua equipe é responsável por atender as normas e boas práticas em relação aos seus processos e controles. Para a elaboração das Demonstrações Financeiras, a Companhia conta com a Diretoria de Finanças e de Controladoria, equipe responsável pela revisão das transações, consolidação das informações e adoção das normas contábeis aplicáveis.

A área de Auditoria Interna desempenha suas atividades de avaliação independente dos processos e controles e estão aderentes com as normas contábeis (IFRS), metodologia de avaliação (COSO) e orientações de práticas profissionais (IPPF).

Além de possuir um Conselho Fiscal atual, a Companhia mantém comitês de assessoramento ao Conselho de Administração - Comitê de Estratégia e Inovação, Comitê de RH e Ética, Comitê de Compliance e Comitê de Auditoria e Riscos - apoiam a administração garantindo as boas práticas de processos e controles, principalmente o Comitê de Auditoria e Riscos, que efetua o acompanhamento periódico das atividades da auditoria independente e interna.

5.2 Descrição dos controles internos

A área de Compliance também apoia com seus instrumentos de Política Global de Integridade, Código de Conduta e Canal de Denúncia.

c: Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

Compete à Auditoria Interna desempenhar tal atividade valendo-se de uma abordagem aprovada anualmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria. Como resultado destas avaliações, os auditores emitem relatórios de observações e recomendações, os quais são inicialmente submetidos à análise por seus gestores. Emitidos os planos de ação correspondentes, os relatórios são finalmente encaminhados a Diretoria responsável e ao Comitê de Auditoria e Riscos para conhecimento das fragilidades e riscos apontados, além do conhecimento sobre os planos de ação estabelecidos. A Auditoria Interna também monitora a evolução das ações estabelecidas com os responsáveis e avalia, de forma independente, se o plano de ação foi implementado e a causa raiz da deficiência solucionada.

De forma independente a Companhia, a auditoria externa contratada também possui o papel de verificar a eficiência dos controles internos e processos que refletem nas demonstrações financeiras.

d: Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

O relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado pelos auditores externos em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 apresentou à Companhia sugestões de aprimoramento nos controles que na avaliação da Auditoria Independente e da Administração não se configuram como deficiências significativas.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Mesmo que as observações apontadas na carta de recomendações de melhoria dos controles internos emitida pelos auditores independentes sejam imateriais, conforme mencionado, a empresa busca sempre implementar e aprimorar os controles internos dos seus processos. As observações identificadas pela auditoria interna, assim como as feitas pela auditoria independente, são consolidadas em um Sumário de Deficiências ("SAD") onde a área de Auditoria Interna monitora a evolução dos planos de ação estabelecidos pelos responsáveis e avalia, de forma independente, se o plano de ação foi implementado adequadamente para que a causa raiz da deficiência seja solucionada.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) **se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
- i. **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Marcopolo, possui uma Política Global de Integridade que reforça o compromisso da companhia em conduzir seus negócios com os mais altos padrões de integridade, documento que é complementar ao Código de Conduta, que estabelece os valores, as diretrizes e os padrões de condutas que orientam nas decisões diárias. A Companhia monitora o Mapa de Riscos de Compliance periodicamente, além de possuir um Canal de Denúncias, administrado por empresa terceirizada, e o *Due Diligence* de Integridade, que auxilia na identificação de potenciais riscos antes da contratação de terceiros, bem como no monitoramento de terceiros / fornecedores contratados.

- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A estrutura é formada por uma área de Compliance composta por um CCO, equipe de Compliance e um Comitê de Compliance. O Comitê é formado pelo representante dos Acionistas Controladores, Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, CEO, um Diretor Estatutário e CCO. Os membros do Comitê se reúnem periodicamente em suas reuniões ordinárias e algumas extraordinárias. Além disso, o CCO participa das reuniões periódicas do Comitê Corporativo Marcopolo o qual é formado por toda a diretoria Executiva da empresa. Ademais, a Companhia dispõe de uma Central de Licitações com equipe formada por advogados e técnicos especialmente treinados para gerir e fiscalizar as contratações com órgãos públicos de forma a assegurar a legalidade das interações;

- iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**
- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
 - as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

5.3 Programa de integridade

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Sim. O Código de Conduta da Marcopolo é aplicado para todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados que assinam um protocolo de adesão. Fornecedores, prestadores de serviço (internos) e representantes assinam um termo de compromisso. Os treinamentos ocorrem sempre que há uma nova versão do Código de Conduta ou na contratação. As sanções estão previstas no próprio Código de Conduta, no item Ações Disciplinares. O Código de Conduta está em sua quarta edição e foi aprovado pelo Comitê de Recursos Humanos e Ética e pelo Conselho de Administração em novembro de 2023. Ele foi distribuído uma via impressa para cada colaborador na época de sua divulgação e é entregue neste formato para os colaboradores novos, além de estar disponível na Intranet corporativa e nos sites das empresas Marcopolo.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Sim. O canal de denúncias da Marcopolo, denominado como Contato Seguro Marcopolo, é administrado por uma empresa terceirizada especialista em denúncias, garantindo assim total sigilo (sendo totalmente criptografado), anonimato e confidencialidade do denunciante e imparcialidade no recebimento das denúncias. O canal funciona 24 horas, 7 dias por semana. Pode ser acessado por qualquer pessoa (funcionários, clientes, fornecedores, representantes e comunidade em geral). O acesso ao Contato Seguro Marcopolo é possível tanto internamente através da Intranet corporativa, quanto externamente através do site www.contatoseguro.com.br, sites das empresas Marcopolo, e ainda através do 0800.601.8690, para ligações do Brasil.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos. Cade destacar que a Marcopolo adota como pratica a aplicação de *Due Diligence*. Com isto é possível detectar riscos e vulnerabilidades tanto para aquisições, fusões como para a contratação de parceiros de negócios.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

Junto aos principais riscos levantados não foram observadas alterações significativas em relação ao último exercício social. Os riscos significativos possuem monitoramento contínuo e próximo pela Gestão, com ações específicas em andamento ou concluídas que visam mitigá-los a patamares aceitáveis.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes a respeito de gerenciamento de riscos e controles internos foram informadas nos itens anteriores.